

A pesquisa participante e a sua atualidade na vida do educador

Carlos Rodrigues Brandão

Qualquer que seja o nome originalmente dado às diversas propostas de *alternativas participativas na investigação social* - “pesquisa participante”, “autodiagnóstico”, “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “investigação ação participativa” - podemos reconhecer algumas convergências entre elas, aqui no Brasil e na América Latina.

As diferentes propostas e experiências surgem mais ou menos ao mesmo tempo, entre as décadas dos anos 60 e 80 em poucos lugares da América Latina, mas em pouco tempo elas se difundem por todo o Continente.

Elas se originam dentro de diferentes unidades de ação social que atuam de preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares. Em sua maioria elas serão postas em prática dentro de *movimentos sociais populares* emergentes, ou se reconhecem estando a serviço de tais *movimentos*.

Elas herdam e re-elaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica. Não existe na realidade um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da *pesquisa participante*.

Entre as suas diferentes opções, de modo geral, as alternativas participativas reconhecendo-se como integradas em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de *ações sociais de vocação popular*. Nisto, geralmente elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma Ong de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semi-alfabetizado do Centro-Oeste do Brasil, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Assim, elas partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois pólos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.

As *pesquisas participantes* atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo no processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a *pesquisa participante* tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa.

Via de regra, as diferentes alternativas da *pesquisa participante* surgem em intervalos entre a contribuição teórica e metodológica vinda da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, e a criação ou recriação original de sistemas

africanos, asiáticos e latino-americanos de pensamentos e de práticas sociais. Não é raro que uma abordagem que se auto-identifica como “dialética” empregue, na prática, procedimentos formais e quantitativos próprios a abordagens metodológicas de cunho neopositivista.

Após esta listagem de pontos mais ou menos comuns, seria proveitoso fazermos aqui uma síntese de alguns princípios operativos que foram mais ou menos comuns e que fundamentaram as experiências originais da *pesquisa participante* aqui no Brasil e em praticamente toda a América Latina. Mesmo que eles possam parecer, aos olhos de hoje algo radicais e, por isto mesmo, ultrapassados, devemos levar em conta a sua relativa atualidade, sobretudo nas experiências que preservam vínculos entre a *pesquisa participante* e os *movimentos sociais*.

Alguns fundamentos e alguns princípios convergentes e atuais

Podemos seguir as idéias de dois mexicanos, Luis Gabarron e Libertad Landa, tal como elas foram escritas em um excelente pequeno livro, infelizmente nunca traduzido para o Português.¹ Lembramos que essa listagem de “princípios de ação” vale com maior fidelidade para as idéias e as propostas de *pesquisa participante* que defendiam ou seguem defendendo uma aliança direta de enlace entre nós e os movimentos populares. É bem evidente que esses *princípios da ação social através da investigação científica* não correspondem a todas as alternativas dos tempos de origem da *pesquisa participante* entre nós. Ampliamos a forma como no texto original cada um dos “princípios” é apresentado, buscando tornar mais atuais as palavras originais em que nos estamos baseando. Logo a seguir comentamos alguns deles em conjunto.

O ponto de origem da *pesquisa participante* deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e mesmo que as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma *vida social*, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma *vida social*.

Deve-se partir da *realidade concreta da vida cotidiana* dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações. A vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências, tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem interagimos.

Os processos e as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais devem ser contextualizados em sua *dimensão histórica*, pois é o acontecer de momentos da vida vividos no fluxo de uma história, e é a integração orgânica

¹ Sigo, alterando em alguns casos a ordem original, as idéias de Luis Gabarrón e Libertad Hernández Landa, em *investigación participativa* (1994). Raras vezes encontrei uma síntese tão oportuna como esta e em sua íntegra e com os comentários dos autores, ela pode ser encontrada entre as páginas 28 e 44.

dos acontecimentos de tal dimensão, aquilo que em boa medida explica as dimensões e interações do que chamamos uma realidade social.

A relação tradicional de *sujeito-objeto* entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo *sujeito-sujeito*, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. A partir, também, da consciência de que é da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de *compreensão da realidade social* pode ser construída através do exercício de uma pesquisa. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador.

Deve-se partir sempre da busca de *unidade entre a teoria e a prática*, e construir e re-construir a teoria a partir de uma seqüência de práticas refletidas criticamente. A *pesquisa participante* deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de *ação social comunitária*. Ela se insere no fluxo desta ação e deve ser exercida como algo integrado e, também, dinâmico.

As questões e os desafios surgidos ao longo de ações sociais definem a necessidade e o estilo de procedimentos de *pesquisa participante*. O processo e os resultados de uma pesquisa interferem nas *práticas sociais* e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas.

A *participação popular comunitária* deve se dar, preferencialmente, a través de todo o *processo de investigação-educação-ação*. De uma maneira crescente, de uma para outra experiências, as equipes responsáveis pela realização de *pesquisas participativas* devem incorporar e integrar agentes assessores e agentes populares.

O ideal será que em momentos posteriores exista uma participação culturalmente diferenciada, mas social e politicamente equivalente e igualada, mesmo que entre pessoas e grupos provenientes de tradições diferentes quanto aos conteúdos e aos processos de criação social de conhecimentos.

O compromisso social, político e ideológico do/da investigador(a) é com a *comunidade*, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho setorial e provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular é a *autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais* dele derivadas. É, também, a progressiva integração de dimensões de conhecimento parcelar da vida social, em planos mais dialeticamente interligados e interdependentes.

Deve-se reconhecer e deve-se aprender a lidar com o *caráter político e ideológico* de toda e qualquer atividade científica e pedagógica. A pesquisa participante deve ser praticada como um ato de compromisso de presença e de participação claro e assumido.

Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social. No entanto, realizar um trabalho de partilha na produção social de conhecimentos, não significa o direito a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados.

Na maior parte dos casos, a *pesquisa participante* é um momento de *trabalhos de educação popular* realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído. Uma verdadeira *pesquisa participante* cria solidariamente, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores.

A investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à *transformação social*. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão.

E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular.

Naquilo que as aproxima, as alternativas de *pesquisa participante* da tradição brasileira e latino-americana, sonharam inovar, as abordagens conhecidas e praticadas como ações sociais com base em conhecimentos científicos, através do aporte de novas alternativas de trabalho junto a grupos e a comunidades populares, observam hoje em dia uma grande variedade de alternativas. De modo geral, os seus ganhos teóricos e ideológicos foram e seguem sendo maiores do que as suas realizações práticas.

Dos anos 60 e 70 até os dias de hoje, assuas diversas alternativas pretendiam re-criar os termos da crítica científica e política às relações tradicionais entre o conhecimento produzido através de pesquisas científicas, e as ações sociais associadas a elas ou delas derivadas. Elas aspiravam e seguem aspirando diferentes dimensões de *transformações de ações sociais de vocação comunitária e popular*, a partir de uma elaboração sistemática de conhecimentos. De saberes e de valores construídos solidariamente gerados através de pesquisas sociais colocadas a serviço de experiências co-participadas de criação coletiva de saberes, a partir do enlace entre profissionais e/ou militantes agenciados e as pessoas, grupos e comunidades populares.

Este é também o duplo sentido da idéia de totalidade nas propostas originais das *pesquisas participantes*. Em um primeiro momento elas aspiram ser algo historicamente às novas idéias holísticas e transdisciplinares dos “novos paradigmas”, e seus preceitos de totalizações complexas. Os fundamentos originais são direta ou indiretamente marxistas e, em vários documentos as *pesquisas participantes* aparece

como uma “abordagem dialética²”. Hoje esta postura mais centralizadora tem sido bastante revisitada. Surgem novas idéias e novas alternativas de interação entre antigos e novos “paradigmas” obrigam a diálogos inevitáveis e fecundos hoje em dia. A contribuição de um sociólogo como Boaventura de Souza Santos é, neste contexto, muito relevante. Uma das principais características das *alternativas participativas* é a sua diferenciação. Não reconhecemos hoje em dia uma tendência única ou dominante. Uma única teoria, um único método de trabalho e nem mesmo um único horizonte de ação social.

Assim, a idéia de uma *compreensão totalizante da realidade social*, tem a ver com a integração de todos os conhecimentos parcelares em estruturas dinâmicas e integradas de fatores e de processos sociais, de tal modo que qualquer que seja o “foco do conhecimento” no ponto de origem (uma pesquisa relativa a condições locais de saúde, por exemplo), a pesquisa deverá envolver, sempre que possível, as interações entre os diferentes planos e domínios de estruturas e processos inter-determinantes da sociedade.

Uma atenção especial deve ser sempre dada à dinâmica das relações e dos processos envolvidos na investigação, pois uma dimensão histórica está sempre e inevitavelmente presente.

Esse uma dinâmica da história é importante na reconstrução do passado próximo, ela o é, mais ainda, no olhar entre o presente e o futuro. Pois, aqui, não se trata de conhecer para “promover” ou para “desenvolver” algo, mas para transformar o todo em que este “algo” existe como está e, assim, deve ser transformado junto com o todo social de que é parte. Na *pesquisa participante* sempre importa conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos e, não apenas, para resolverem alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associada à *pesquisa participante* seja local e específico. A idéia de que somente se conhece o que se transforma é inúmeras vezes evocada até hoje.

A este princípio de totalização associa-se a idéia de que, como integrantes de momentos da *educação popular* e de toda a desejada dinâmica dos *movimentos populares*, a *pesquisa participante* integra quatro propósitos que vale reunir aqui:

Em suas variedades e variações, as *abordagens participativas* respondem de maneira direta às finalidades práticas e sociais a que se destinam, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas.

² Um dos autores mais originais nesta direção é Oscar Jara. Um de seus últimos trabalhos aborda a sistematização de experiências participativas na educação popular. A leitura de trabalhos sobre a *sistematização* de ações sociais populares resulta muito oportuna porque ela representa, a seu modo, uma atualização para os anos 80, 90 e seguintes, das propostas originais de estilos participativo na América Latina. Entre os livros anteriores, ver: *Conocer la realidad para transformala* (1991); *Investigación participativa – una dimensión integrante de la educación popular* (1990). Em português pode ser lido o seu livro: *Para sistematizar experiências* (1996).

Elas pretendem ser instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado partilhado e, portanto, como vimos já, possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora.

As abordagens de pesquisa de vocação participativa aspiram participar de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens populares do conhecimento popular.

Em boa parte das experiências, as *alternativas participativas* se reconhecem vinculadas de algum modo com a *educação popular*. Através dela, elas se identificam como um serviço aos empoderamento dos *movimentos populares* e de seus integrantes.

Nestas e em outras opções, as *alternativas participativas através da pesquisa* abrem-se de maneira múltipla e fecunda a outros campos de ação social. Um deles, e um dos mais enfatizados hoje em dia, é o das pesquisas e ações ambientalistas. De fato um dos campos onde com mais criatividade multiplicam-se experiências de investigações participativas associadas a alguma forma de ação comunitária, é o das ações ambientais.

Bibliografia

(envolvendo os textos citados e outros úteis)

Barbier, René, 2002, *A pesquisa-ação*, Brasília, Editora Plano.

Bonilla, Victor; Castillo, Gonzalo; Fals Borda, Orlando e Libreros, Augusto, 1999, *Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação*, in: Brandão, Carlos Rodrigues, 1999, *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo, Editora Brasiliense

Brandão, Carlos Rodrigues (org), 2001, *Pesquisa Participante*, São Paulo, Editora Brasiliense

Brandão, Carlos Rodrigues (org), 1999, *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo, Editora Brasiliense.

De Shutter, Anton e Yopo, Boris, 1983, *Desarrollo y perspectivas de la investigación participativa*, in: Verajano, Gilberto M (org), *La investigación participativa en América Latina*, Pátzcuaro, CREFAL.

Fernandez, Walter e Rajesh Tandon (eds), 1981, *Participatory research and evaluation*, Nova Delhi, Indian Social Institute.

Gajardo, Marcela, 1986, *Pesquisa Participante na América Latina*, São Paulo, Editora Brasiliense.

Gabarron, Luis Rodrigues e Landa, Libertad Hernández, 1994, *Investigación participativa*, Cadernos Metodológicos 10, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

Jara, Oscar, 1996, *Para sistematizar experiências*, João Pessoa, Editora da Universidade Federal da Paraíba.

Jará, Oscar, 1991, *Conocer la realidad para transformala*, San José, ALFORJA.

Jara, Oscar, 1990, *Invstigación participativa: una dimensión integrante de la educación popular*, San José, ALFORJA.

Moscovici, Serge, 1972, *Society and theory in social psychology*, in: Israel, J e Tajfel, H (comps) *The context of social psychology – a critical assessment*, Nova York, Academic Press.

Ozanira, Maria da Silva e Silva, 1991, *Refletindo a pesquisa participante*, São Paulo, Cortez Editora.

Thiollent, Michel , 2002, *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez Editora